

06.067.949/0003-57

SUINCO - COOPERATIVA DE SUINOCULTORES LTDA

Recurso: cadastrado



⬆️ Decisão do pregoeiro

Nome NOME	Decisão tomada não procede	Data decisão 15/01/2025 10:12
<p>Fundamentação</p> <p>Trata-se das razões de recurso apresentadas pela empresa pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 06.067.949/0003-57, face da decisão do Pregoeiro que classificou a proposta e habilitou a empresa MULTIPLA COMERCIAL LTDA no item 14, cujo objeto é LINGUIÇA DE PERNIL. – Pressupostos Recursais à manifestação da intenção de recorrer: A manifestação e a motivação da intenção em recorrer foram registradas em campo próprio do sistema eletrônico de licitações ComprasGov, no dia 06/01/2025 e as razões apresentadas dentro do período estipulado. Conclui-se que a demanda foi tempestiva e motivada à luz do item 19 do Edital. – Das alegações da recorrente: A recorrente alega o pregoeiro deveria ter reaberto a fase de lances, tendo em vista que a diferença entre a empresa Suinco - Cooperativa de Suinocultores Ltda e a empresa MULTIPLA COMERCIAL LTDA foi de apenas R\$ 0,01. A recorrente alega que o atestado apresentado pela empresa MULTIPLA COMERCIAL LTDA não atende ao objeto do item 14 por não mencionar o fornecimento de carne suína. A recorrente alega que a empresa MULTIPLA COMERCIAL LTDA não apresentou comprovação de atendimento às condições adequadas de transporte de carne suína. – Das contrarrazões: Registre-se que, após o prazo de 10/01/2025 a 14/01/2025, a recorrida não encaminhou contrarrazões. – Da análise do Mérito da recorrente: Preliminarmente, o Pregão Eletrônico nº 10/2024 - PMCA foi marcado para o dia 06/01/2025, e houve a participação de 23 empresas. Após a rodada de lances e classificadas em primeiro lugar as empresas ofertantes dos menores preços e consideradas habilitadas após verificação dos documentos consultados no Sicaf e anexados na plataforma do ComprasGov, foram abertos os prazos para manifestações de intenção de recursos. No período de interposição de recurso, a empresa Suinco - Cooperativa de Suinocultores Ltda, manifestou a intenção de recorrer, no campo próprio do sistema eletrônico ComprasGov. O prazo concedido foi pelo período de 06/01/2025 até 09/01/2025. A empresa apresentou suas razões no dia 09/01/2025. Em relação aos motivos alegados pela recorrente, segue o julgamento deste Pregoeiro referente aos pontos atacados: Com relação a diferença de preços, cabe mencionar que a fase de lances do item 14 teve seu início às 09h30min, tendo seu primeiro lance ofertado às 09h32min e o último lance ofertado às 10h16min, somando 46 minutos de disputa. Registra-se ainda que após o último lance da empresa Suinco - Cooperativa de Suinocultores Ltda, a empresa MULTIPLA COMERCIAL LTDA ofertou o lance vencedor com 23 segundos de diferença. Cabe registrar ainda que, no sistema de disputa Aberto, sempre que uma empresa oferta um lance nos últimos 2 minutos, o sistema automaticamente prorroga em mais 2 minutos o tempo para a apresentação de novos lances, até que não haja mais nenhuma oferta. Diante do exposto não há motivo algum para que o pregoeiro reabra a fase de lances para obtenção da melhor proposta, uma vez que houve tempo suficiente e lances o bastante para que a mesma fosse alcançada. Referente ao atestado, o Edital exige no item 18.2.1 Certidões ou atestados, expedidos por entidades da Administração Pública ou pessoa jurídica de direito privado, que demonstrem o fornecimento de objeto similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior. O atestado apresentado pela empresa MULTIPLA COMERCIAL LTDA, apresenta gêneros alimentícios e carnes, atendendo ao objeto (aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (PROTEÍNAS, PÃES E LATICÍNIOS)) exigido. Exigir que a empresa apresentasse um atestado comprovando o fornecimento de carne suína seria excesso de rigidez e infligiria a competitividade. Sobre as condições de transporte, não há exigência no Edital para apresentação de comprovação dessas condições como requisito de habilitação no certame. Os gêneros serão recebidos apenas se estiverem em condições de conservação apropriada. O que será verificado por pessoa indicada pela Secretaria Municipal de Educação. - Conclusão Diante do exposto, julgo o recurso improcedente, mantendo a habilitação da empresa MULTIPLA COMERCIAL LTDA. Considerando a manutenção da decisão e em obediência ao item 19.4, encaminho as razões da recorrente a Autoridade Competente para julgamento e emissão de decisão final.</p>		